

Razão e Acessibilidade

Autoridades reforçam fiscalização sobre shopping centers da cidade no intuito de fazer valer os direitos essenciais do portador de deficiência física em locais públicos

por Juan Celayes

Para os shopping centers da capital, o ano começou sobre clima de fiscalização. No dia 15 de janeiro, as autoridades deram início a um programa de vistoria nos empreendimentos paulistanos, a fim de analisar se os mesmos vêm respeitando a legislação que determina algumas condições específicas de acessibilidade ao portador de necessidades especiais em suas respectivas áreas reservadas para estacionamento.

Por lei, é estipulada uma quantidade mínima de vagas, para indivíduos que apresentem algum tipo de deficiência física, com sinalização e proporções adequadas. O mesmo dispositivo também deixa claro que o trajeto do estacionamento até o acesso às lojas deve ser o mais livre possível de eventuais obstáculos para a pessoa sob tais condições.

De acordo com o secretário municipal da Pessoa com Deficiência, Marcos Belizário, a fiscalização adota agora um caráter mais rigoroso, disposto a aplicar multas e até mesmo suspender alvarás de funcionamento quando assim se fizer necessário. Tudo em nome da cidadania e respeito ao próximo.

A meta do programa, segundo ele, é vistoriar dois empreendimentos por semana, na cidade. Ele enfatiza que todos os shoppings da capital, sem exceção, serão submetidos à fiscalização.

TAC

Apesar dos avanços em relação à questão, muitos portadores de deficiência continuam se deparando com algumas

dificuldades para encontrar nos estacionamentos vagas adequadas às suas condições. Por essa razão, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE), a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e a vereadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) criaram uma espécie de força-tarefa para combater o problema.

A vereadora em questão – a propósito, uma cadeirante – havia proposto uma lei que garantia ao deficiente estacionamento exclusivo em prédios de uso público. No entanto, mesmo com a aprovação da Câmara, a referida lei foi vetada pelo prefeito em 2007. A justificativa do veto: que a Companhia de Engenharia e Tráfego (CET) não teria permissão para entrar nos shoppings para fiscalizar suas áreas de estacionamento. Segundo a vereadora, uma argumentação improcedente.

O próximo passo foi dado pelo MPE que, durante um ano e meio, negociou com cerca de 50 shopping centers da capital a adoção de medidas para cumprir a legislação que defende os direitos dos portadores de deficiência.

O resultado de tais negociações foi um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com alguns empreendimentos, mas não todos. De setembro para cá, 17 deles já assinaram o termo, 19 estão sob negociação e 14 se recusaram a fechar um acordo.

Segundo o promotor Júlio Botelho, que conduziu essas negociações, é possível que seja aplicada algum tipo de ação contra os empreendimentos que não assinaram o TAC, no intuito de garantir

os direitos dos portadores de deficiência enquanto cidadãos.

Falta de consciência

De acordo com a vereadora Mara Gabrilli, nem todos os problemas em torno dessa questão têm natureza política. A falta de respeito da população também compromete muito a já tão delicada situação dos portadores de deficiência.

A professora de inglês Luiza Raphaelli, a par das fiscalizações feitas pelas autoridades nos shoppings, também relaciona ao problema o descaso das pessoas em geral.

“Certa vez, ao buscar por uma vaga em um shopping localizado na zona sul da cidade, testemunhei o cúmulo da falta de consideração para com o portador de deficiência. Em um ponto consideravelmente distante do estacionamento, vi um jovem na cadeira de rodas – acompanhado por uma senhora – aguardando, do lado de fora do carro, pela assistência de um funcionário do shopping center. Detalhe: estava chovendo e a única assistência ao rapaz vinha de um guarda-chuva. O que me chamou a atenção foi o tempo que ele teve de esperar pela ajuda de outrem. Como eu estava buscando por uma vaga, passei pelo menos três vezes pelo trecho onde o cadeirante estava. Para piorar ainda mais o quadro, vi na mesma ocasião uma mulher sem nenhum tipo de debilidade física aparente guardar seu carro em uma vaga exclusiva para deficientes próxima aos elevadores do shopping”, relata a professora.

Villa-Lobos: conduta nota 10

Em entrevista concedida à revista Lojas & Lojistas, o superintendente do Shopping Villa-Lobos, Marcus Vinicius Borja, fala sobre a importância de se respeitar os direitos dos portadores de deficiência física e como os shopping centers podem servir de agentes sociais para essa causa.

Lojas & Lojistas – Como o Shopping Villa-Lobos enxerga a obrigatoriedade de reservar 3% de sua área para estacionamento aos usuários portadores de deficiência?


Marcus Vinicius Borja – Não como uma obrigatoriedade, mas como um compromisso. Por lei, os estacionamentos privados de uso público – caso dos shopping centers – devem reservar esses 3% de suas vagas para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. O Villa-Lobos pauta seu trabalho no cumprimento às leis, mas neste caso se comprometeu a ir além do que é exigido em lei. Com a assinatura do Termo de Ajuste

de Conduta (TAC) com a Prefeitura e o Ministério Público, em setembro do ano passado, o empreendimento passou a facilitar o acesso às vagas e a trabalhar na conscientização dos clientes para respeitar o direito daqueles que possuem deficiência física ou mobilidade reduzida. Metade das vagas destinadas a essas pessoas fica no estacionamento VIP e o cliente paga o mesmo valor do estacionamento tradicional. Além disso, o Villa-Lobos criou uma espécie de multa moral para os carros sem identificação que estacionarem nas vagas exclusivas. Neste folheto, que é colocado no vidro do veículo, estão as instruções para o deficiente físico fazer seu cartão de identificação. Por outro lado, se a pessoa não for um deficiente, o texto explica a importância de se respeitar as vagas reservadas para tais cidadãos. A comunicação do shopping também incentiva a cidadania, os monitores que ficam nos elevadores trazem textos de alerta sobre as vagas de estacionamento reservadas e a rádio interna também estimula o respeito ao direito dos deficientes.

L&L – Na sua opinião, a prefeitura está agindo de forma justa para com os empreendimentos, no tocante às fiscalizações? Alguns deles acusam um certo radicalismo na forma como o trabalho vem sendo feito. E vocês, o que pensam a respeito?

Borja – Não podemos interferir, nem opinar sobre uma função que não cabe ao Shopping Villa-Lobos. Temos controle dos acontecimentos e compromissos assumidos apenas por nós mesmos. No entanto, achamos importante cumprir às leis e oferecer o conforto e a praticidade aplicável aos clientes que apresentam deficiências.

L&L – Para o Shopping Villa-Lobos, reservar esse espaço implica alguma diferença no sistema administrativo de vocês?

Borja – Não. O cuidado com pessoas já faz parte do escopo de trabalho do shopping. Os funcionários estão treinados para atender com a mesma eficiência os visitantes com necessidades especiais ou não. 

OS MELHORES EMPRESÁRIOS ESTÃO SEMPRE DE OLHO NO FUTURO.
INCLUSIVE QUANDO NÃO ESTÃO PENSANDO EM SUAS EMPRESAS.

Se você quer fazer um excelente investimento para os seus negócios, para você e para a sua família, você não pode deixar de fora: ótimas taxas e a flexibilidade que só a FPA tem. Faça agora seu plano de Previdência Associativa Fecomercio.

Confira todas as vantagens do Fundo de Previdência Associativa Fecomercio. Acesse o site: www.fecomercio.com.br/fpa.

